

EDITORIAL

Caro Leitor,

Conforme noticiou o Professor Dr. Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão, no editorial do v.7, n.2, publicado em maio de 2018, após 2 (dois) anos como Editor Geral da RECFin, deixa esta função para dedicar-se à novas atividades, ao passo que eu assumo o desafio como a nova Editora Geral.

Gostaria de parabenizar o Professor Felipe por toda sua dedicação à RECFin, desde 2016, quando começou a fazer parte dessa revista como editor adjunto, assumindo a função de editor geral em 2017. Como tudo com o que ele se compromete, seu trabalho frente à RECFin foi sempre de muito profissionalismo e preocupação com a melhoria da qualidade da pesquisa em Atuária, Contabilidade e Finanças.

Desejo sucesso nos novos projetos, e me comprometo a dar continuidade ao trabalho desenvolvido por ele e pelos editores gerais anteriores, Professores Dr. Wenner Gláucio Lopes Lucena e Dr. Orleans Silva Martins, cujos esforços têm permitido a essa revista tornar-se relevante no cenário contábil brasileiro, com um trabalho sério e comprometido com o progresso das publicações na área contábil – sempre com muito respeito aos autores.

Entrei para a equipe da RECFin em 2017 como editora adjunta na área de Contabilidade Gerencial e Educação Contábil, e desde então tenho percebido os desafios existentes para manter uma publicação científica de qualidade e com tempestividade. Este desafio, sem dúvida, se intensifica com a nova função. Prazos de avaliação curtos e publicação da revista de forma tempestiva continuam sendo os pilares da Revista Evidenciação Contábil & Finanças.

Para isso, a equipe editorial conta hoje, além de mim, com quatro editores adjuntos: Prof. Dra. Anna Paola Fernandes (UFPB), Prof. Dr. Vagner Antônio Marques (UFES), Prof. Dra Karla Nóbrega de Almeida (UFPB) e Prof. Dr. r. Robson Zuccolotto

(UFES), além dos assistentes editoriais: Ígor Figueirêdo Leite (UFPB), Maria Gabriella Jeremias Silva (UFPB), Geisa Cassiana Paulino(Unifuturo), Davi Jônatas Cunha Araújo (UFPB), Aluska Ramos (FMN). A esta comprometida equipe agradeço por abraçar esta causa junto comigo.

Gostaria também, desde já, de agradecer a todos os revisores e autores da revista, por contribuírem imensamente para que a RECFin possa manter sua continuidade. Sem vocês isso não seria possível. E, por fim, mas não menos importante, nosso agradecimento a todos os leitores, que nos prestigiam com sua escolha, e para quem buscamos fazer sempre o melhor.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS DESTA EDIÇÃO

O artigo que abre essa edição, denominado **“Utilização de Contratos Futuros de Commodities como forma de Otimizar Carteiras de Investimentos do Mercado Brasileiro”**, dos autores Marília Cordeiro Pinheiro, André Ricardo Moncaico Zanon, José Alves Dantas e Bruno Vinícius Ramos Fernandes teve como objetivo avaliar a eficácia da utilização de contratos futuros de commodities como mecanismo de otimização das carteiras de investimentos. Os resultados mostraram que carteiras compostas majoritariamente pelo IFIX, IAM-B, dólar e CDI foram as composições mais eficientes devido a particularidades do mercado de capital brasileiro, como alta taxa de juros, ambiente inflacionário e depreciação cambial durante o período.

No artigo **“Restrições ao Crédito: Uma Análise Comparativa entre Empresas Brasileiras de Capital Aberto e Fechado”**, os autores Adriana Bruscatto Bortoluzzo e Gabriel Ribeiro Vieira Rezende analisaram as potenciais diferenças em relação à restrição ao crédito entre empresas abertas e fechadas e, para tanto, utilizaram informações financeiras de 291 empresas abertas e 325 empresas fechadas brasileiras, de 2012 a 2016. Os resultados demonstram que empresas de capital aberto têm maior dependência do caixa e fluxo de caixa em relação às empresas de capital fechado.

Os autores Jonatas Dutra Sallaberry, Leonardo Flach, Mauricio Mello Codesso e Luiz Fernando Rodrigues, no artigo intitulado **“Sinalização de Inconsistências a Partir do Patrimônio Declarado de Políticos no Brasil: Aplicação da Lei Newcomb-Benford”**, buscaram indícios de inconsistências ou sinalização de eventuais fraudes ou

outros ilícitos financeiros nos bens declarados pelos candidatos a cargos políticos por meio da aplicação da Lei Newcomb-Benford (NB). A análise permitiu identificar bens potencialmente com valores de primeiros dígitos inconsistentes, entre os quais dinheiro declarado em espécie em moeda estrangeira e nacional, considerados bens típicos de uso em lavagem de dinheiro.

No artigo **“Instituto Compliance no Brasil e a Eficácia na Mitigação ao Risco Corporativo”**, dos autores Hildegardo Pedro Araujo de Melo e Adilson Celestino de Lima, o objetivo foi investigar a relação entre as práticas de *compliance* e sua eficácia na resposta aos riscos corporativos no Brasil. Foram encontradas diferenças significativas para estrutura de *compliance* entre os grupos da amostra, porém não existiram diferenças estatísticas em relação à capacidade de resposta ao risco.

Em **“Evidenciação de Informações por Segmento de Negócios: Estudo com Empresas Brasileiras, Alemãs, Francesas e Norte-Americanas do Setor de Siderurgia e Metalurgia”**, dos autores Bibiana Fraga Gonçalves, Marcos Antônio de Souza, Débora Gomes de Gomes e Márcia Bianchi, o objetivo foi analisar o nível de evidenciação de empresas brasileiras, alemãs, francesas e norte americanas do setor de siderurgia e metalurgia, comparativamente às exigências do IFRS 8 quanto à publicação por segmentos de negócios. Os achados mostram que 24% das 33 empresas pesquisadas não apresentam informações por segmento. Os níveis de evidenciação das empresas situam-se em 79%, 63%, 76% e 66% pelas empresas alemãs, brasileiras, francesas e norte-americanas, respectivamente.

Os autores Isabella Mariana de Oliveira Lopes, Vagner Antônio Marques e Luiz Cláudio Louzada, no artigo **“Deficiências dos Controles Internos das Empresas Listadas na B3”** examinaram os tipos de deficiências de controles internos reportados pelas empresas participantes da carteira teórica do IBOVESPA, e identificaram que a maioria das deficiências reportadas referem-se a treinamento, falhas tecnológicas, falhas em subsidiárias, contas específicas e segregação de funções.

O artigo **“Maiores ONGs do Setor Ambiental: Uma Análise da Diversificação das Receitas”**, de autoria de Fábio Minatto, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente e José Alonso Borba teve como objetivo identificar o nível de diversificação de receitas das maiores Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientais do mundo, e

encontraram uma ampla dependência das receitas externas, oscilando em aproximadamente 90% em relação à receita total do conjunto de organizações.

O último artigo da edição, intitulado “**Avaliação de Desempenho na Gestão de Recursos Hídricos: uma Revisão da Literatura**”, dos autores Sara Meurer, Sandra Rolim Ensslin e Hans Michael van Bellen, objetivou mapear, na literatura científica internacional, as características dos estudos que avaliam o desempenho da Gestão de Recursos Hídricos. Os resultados apontam falta de consenso dos pesquisadores sobre o que são medidas e métricas; poucos trabalhos apresentam um sistema completo de Avaliação de Desempenho e a existência de falhas no nível métrico nos artigos analisados.

Boa leitura a todos!

ADRIANA FERNANDES DE VASCONCELOS

Editora Geral